

**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas,** Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes e o Relatório dos Atuários Auditores Independentes da **SCOR Brasil Resseguros S.A.** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **A empresa:** A SCOR Brasil Resseguros S.A., empresa do Grupo SCOR sediado em Paris-França, iniciou suas atividades no Brasil em agosto de 2014, após autorização da SUSEP para operar com resseguros de vida e de danos em ramos de seguros tradicionais. O Grupo opera atividades no mercado de seguros brasileiro através de

resseguradoras local, admitidas e seguradora. **Desempenho operacional:** Durante o exercício de 2019, os resultados técnicos e não técnicos estão em linha ao planejado. **Perspectivas:** O Grupo SCOR enxerga o mercado brasileiro como um dos mercados emergentes importantes em resseguros, com potencial para gerar negócios significativos nos próximos anos. A estratégia da Companhia é de manter prudente política de subscrição, aproveitar as oportunidades de negócios, controle efetivo das despesas administrativas, focando na solvência, lucratividade, inovação e nas boas práticas de mercado que caracterizam a SCOR em sua atividade global.

**Agradecimentos:** A SCOR Brasil Resseguros agradece a seus acionistas, parceiros de negócios, corretores de resseguros e clientes, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança em nossa administração e apoio dedicados à empresa. A todos os nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020

**A Diretoria**

<b>Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro</b>			
	Nota	2019	2018
<b>ATIVO</b>		<b>586.701</b>	<b>435.526</b>
<b>Circulante</b>		<b>679</b>	<b>858</b>
Disponível		4	10.746
Equivalente de Caixa		5	92.937
<b>Aplicações</b>		<b>244.251</b>	<b>157.894</b>
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>230.649</b>	<b>152.777</b>
Operações com Seguradoras		13.602	5.117
Operações com Resseguradoras		9	213.639
<b>Ativos de Resseguro e Retrocessão - Provisões Técnicas</b>		<b>23.433</b>	<b>14.641</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>39</b>	<b>31</b>
Títulos e Créditos a Receber		6	23.259
Créditos Tributários e Previdenciários		135	288
Outros Créditos		47	12
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>969</b>	<b>945</b>
Custos de Aquisição Diferidos		969	945
Resseguros		124.029	212.346
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>122.361</b>	<b>209.842</b>
Realizável a Longo Prazo		5	122.097
Aplicações		7	264
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>264</b>	<b>19</b>
Operações com Seguradoras		8	1.606
<b>Imobilizado</b>		<b>574</b>	<b>589</b>
Bens Móveis		1.032	1.876
Outras Imobilizações		62	39
<b>Intangível</b>		<b>62</b>	<b>39</b>
Outros Intangíveis		62	39
<b>Total do Ativo</b>		<b>710.730</b>	<b>647.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais)</b>					
	<b>Lucros</b>				
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Ajuste T.V.M	Acumulado
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>100.000</b>	<b>221</b>	<b>551</b>	<b>1.791</b>	<b>102.563</b>
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	560	560
Lucro do Exercício	-	-	-	19.254	19.254
Reserva Legal	-	963	-	(963)	-
Dividendos Mínimos Propostos	-	-	-	(963)	(963)
Outras Reservas de Lucro	-	-	17.328	(17.328)	-
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>100.000</b>	<b>1.184</b>	<b>17.879</b>	<b>2.351</b>	<b>121.414</b>
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	360	360
Lucro do Exercício	-	-	-	9.839	9.839
Reserva Legal	-	492	-	(492)	-
Dividendos Mínimos Propostos	-	-	-	(492)	(492)
Outras Reservas de Lucro	-	-	8.855	(8.855)	-
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>100.000</b>	<b>1.676</b>	<b>26.734</b>	<b>2.711</b>	<b>131.121</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional:** A SCOR Brasil Resseguros S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de março de 2014, e em 26 de agosto de 2014 obteve a homologação da SUSEP, tendo assim iniciada as suas operações de contratos de resseguros a partir de 1º de novembro de 2014. A Companhia tem sua sede e escritório localizados na Rua São Bento, nº 18, sala 1301, parte, Centro, CEP 20090-010, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e filial localizada na Rua Luigi Galvani, nº 70, 12º andar, Cidade Monções, São Paulo, ambos no Brasil. O capital social da Companhia é constituído por 100.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal. A Companhia tem por objeto a operação com resseguros e retrocessão em todos os ramos, em todo o território nacional. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 01 de abril de 2020. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações; os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". a. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; e (iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP b. Continuidade: A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. d. Estimativas contábeis críticas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período que estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Ativos financeiros; • Avaliação de ativos e passivos de contratos de resseguros e provisões técnicas; • Avaliação da redução ao valor recuperável de prêmios a receber e sinistros a recuperar; • Provisão para contingências; • Teste de adequação dos passivos; e • Prêmios a receber e retrocedidos (EPI). e. Segregação entre circulante e não circulante: A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado; f. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: O IFRS 9 - Instrumentos financeiros foi emitido em novembro de 2009, e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 48 Instrumentos Financeiros, divulgado em dezembro de 2016. A norma seria efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, porém ainda não foi homologada pela SUSEP. Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos". A nova norma requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. O CPC convergiu este novo pronunciamento no CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, divulgado em dezembro de 2017. A norma será aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019, porém a segunda revisão (R2) ainda não foi homologada pela SUSEP. O IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro dedidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 será aplicável a partir de 01 de janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada, porém ainda não foi homologada pela SUSEP. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: a. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aplicação e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor de mercado, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. b. Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros: A classificação dos ativos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os mesmos foram adquiridos. Todos os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. *Determinação do valor justo:* O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pela instituição financeira administradora desse fundo. Os títulos públicos de renda fixa livre-rem seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. A Companhia classifica os ativos financeiros de acordo com as categorias a seguir: *i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Os instrumentos financeiros desta categoria são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas são reconhecidas no "Resultado financeiro". Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* Ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos definidos, para os quais haja a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente ao seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juros efetiva, em contrapartida ao resultado, deduzidas de eventuais reduções no valor recuperável (*impairment*). A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são classificados como mantidos até o vencimento ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles a serem mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou em resposta a mudanças na condição do mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao valor justo, sendo os juros calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva e reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras e os ganhos ou perdas não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado abrangente (líquido de efeitos tributários). Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda ou depreciação significativa do valor de mercado (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". *iv. Hierarquia de mensuração do valor justo:* Os instrumentos financeiros são mensurados seguindo a hierarquia de mensuração do valor justo

<b>Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro</b>			
	Nota	2019	2018
<b>PASSIVO</b>		<b>578.781</b>	<b>525.937</b>
<b>Circulante</b>		<b>5.932</b>	<b>7.948</b>
Contas a Pagar		3.021	3.556
Obrigações a Pagar		797	910
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		916	807
Encargos Trabalhistas		1.198	2.675
Impostos e Contribuições		10	136.967
<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>217.032</b>	<b>217.032</b>
Operações com Resseguradoras		134.907	162.564
Corretoras de Seguros e Resseguros		1.076	1.145
Outros Débitos Operacionais		984	53.323
<b>Provisões Técnicas - Resseguradoras</b>		<b>12.434.074</b>	<b>299.390</b>
<b>Outros Débitos</b>		<b>1.808</b>	<b>1.567</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>828</b>	<b>520</b>
Provisões Técnicas - Resseguradoras		12	828
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>17.131.121</b>	<b>121.415</b>
Capital Social		100.000	100.000
Reservas de Lucros		28.410	19.064
Ajuste de Avaliação Patrimonial		2.711	2.351
<b>Total do Passivo</b>		<b>710.730</b>	<b>647.872</b>

descrita a seguir: Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro; Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos; Nível 3: Modelos de precificação nos quais as transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. c. Prêmios de resseguro e custo amortizado diferido: Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos e as despesas de comercialização correspondentes às operações de resseguro são registrados na data de início de vigência dos contratos. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes auferidos pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e revertidos no momento em que são recebidas as prestações de contas com os valores efetivos enviados pelas cedentes, fato gerador da emissão de prêmios de resseguros. Essas estimativas são recalculadas mensalmente. Os prêmios de resseguro, os prêmios cedidos em retrocessão e as correspondentes despesas e receitas de comercialização, são apropriados ao resultado ao longo do período de cobertura dos riscos ressegurados. d. Mensuração dos contratos de retrocessão: Os prêmios de retrocessão são lançados no mesmo período dos prêmios de resseguro e são contabilizados no resultado, na rubrica "Resultado com Operações de Retrocessões". Os contratos de retrocessão firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição da Companhia. e. Redução ao valor recuperável: *i. Operações de resseguro e de retrocessão:* A metodologia utilizada na avaliação de "impairment" sobre operações de resseguro considera critérios quantitativos e qualitativos, a cada encerramento de trimestre. Para operações de resseguro, é apurado o saldo total a receber por cedente, e é avaliada a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável somente sobre o saldo vencido a partir de 1 ano, o qual é balanceado pelo saldo de provisão de sinistros a liquidar. Para operações de retrocessão, é aplicada a mesma regra, e o saldo é balanceado com garantias e recursos retidos. As premissas quantitativas aplicadas são as seguintes: evolução do débito, risco de crédito da cedente e status do cliente. As premissas qualitativas aplicadas são as seguintes: reputação da cedente, e outras informações como negociação em andamento e materialidade dos saldos envolvidos. *ii. Ativos financeiros:* A Companhia avalia no final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um instrumento financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado, observando se o valor de mercado atual dos ativos financeiros é substancialmente inferior ao valor de custo amortizado, e se há evidência objetiva de deterioração do valor recuperável para os ativos classificados como disponíveis para venda ou como mantidos até o vencimento. Caso o instrumento financeiro esteja deteriorado ou "impaired", a Companhia avaliará se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros, o prejuízo cumulativo será imediatamente contabilizado no resultado do período. *iii. Ativos não financeiros:* Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. f. Contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido em até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), ou no passivo não circulante se este período for superior a um ano. Os valores de contas a pagar são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, é normalmente reconhecido pelo valor das faturas correspondentes. g. Provisões técnicas: As provisões técnicas são constituídas conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e a Circular SUSEP nº 517/2015 e respectivas alterações vigentes, que dispõem sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras e resseguradoras. *i. Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):* É constituída pela parcela dos prêmios correspondentes aos períodos de riscos não decorridos dos contratos. Esta provisão é calculada levando em consideração o tipo de contrato de resseguro e segue as orientações da SUSEP ao mercado sobre provisões técnicas de resseguradores locais. *Contratos Facultativos:* • O cálculo da PPNG para os contratos facultativos é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro até o final da vigência do risco. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro. O prêmio é ganho em função da data-base, da data de início de vigência do contrato e do tempo de cobertura do contrato. *Contratos Proporcionais:* • *Risk Attaching* ou *Riscos Iniciados:* o cálculo da PPNG para os contratos proporcionais do tipo *Risk Attaching* consiste no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido em cada mês pelo prazo de vigência padrão das apólices. Para efetuar o cálculo, enquanto não estiverem disponíveis informações efetivas dos riscos assumidos, são utilizadas estimativas de prêmio total e do prêmio emitido mensal (prêmio total dividido pelo número de meses do contrato). A vigência das apólices de seguro adotada para o cálculo é informada pela cedente para cada contrato. Esta vigência padrão é utilizada como prazo de diferimento do prêmio de resseguro emitido em cada mês. • *Loss Occuring* ou *Base de Ocorrência de Sinistros:* o prêmio emitido dos contratos proporcionais do tipo *Loss Occuring* é definido em função da parcela do prêmio estimado total de cada contrato relativa à exposição a que está sujeito, com base nas apólices de seguros emitidas até o mês de cálculo. A PPNG é calculada de forma que os prêmios de resseguro sejam ganhos homogeneamente durante a vigência dos contratos. *Contratos Não Proporcionais:* • *Risk Attaching* ou *Riscos Iniciados:* o prêmio de resseguro para os contratos não proporcionais do tipo *Risk Attaching* é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. Entre a emissão do contrato e o início de vigência do risco, a PPNG corresponde ao valor do prêmio de resseguro emitido. O prêmio ganho é determinado com base na duração do contrato e das apólices cobertas. O prêmio não é ganho linearmente, mas em função da evolução da exposição ao risco (método de "1/N avos"), uma vez que as apólices adicionadas ao contrato são consideradas emitidas linearmente ao longo da sua duração. • *Loss Occuring* ou *Base de Ocorrência de Sinistros:* o cálculo da PPNG para os contratos não proporcionais do tipo *Loss Occuring* é baseado no diferimento linear do prêmio de resseguro emitido até o final da vigência do risco, neste caso pelo prazo de vigência do contrato. O prêmio de resseguro é registrado, inicialmente, com base no valor do prêmio mínimo do contrato. *ii. Provisão de Prêmios Não Ganhos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE):* A Companhia tem a informação dos prêmios vigentes e não emitidos a cada mês. Este prêmio é contabilizado como prêmio RVNE. A PPNG relativa a estes prêmios é calculada conforme descrito no item *i*. *Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):* *iii. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC):* A PMBAC é constituída para contratos de resseguro de produtos de seguro de vida individual abrangendo os compromissos assumidos pela resseguradora para operações estruturadas no regime financeiro de capitalização, conforme as regras do contrato de seguro e de resseguro. É calculada pela diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente dos prêmios futuros. *iv. Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL):* A PSL é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. Os valores são provisionados com base nas informações recebidas das cedentes. A Companhia pode considerar alguma informação adicional, como, por exemplo, se for parte de ação judicial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foi identificada existência de processos judiciais. *v. Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER):* A Companhia constituirá ajuste da PSL referente a sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados em casos excepcionais em que tenha informações que não estão contempladas nos valores informados pelas cedentes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foi identificada necessidade de constituição de IBNER. *vi. Provisão para Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR):* O cálculo desta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade assumida pela Companhia. As estimativas atuariais da IBNR não relacionadas à ocorrência de um evento específico, ou seja, para sinistros não relacionados com catástrofes ou grandes sinistros, são baseadas nos métodos da Sinistralidade Inicial Esperada (SIE), do desenvolvimento de sinistros e de Bornhuetter-Ferguson ("BF"). Pelo método da sinistralidade inicial esperada, multiplica-se premissa de sinistralidade esperada pelo prêmio ganho do período, referente aos riscos vigentes, emitidos e não emitidos, para a obtenção do sinistro final esperado. O método do desenvolvimento de sinistros utiliza a experiência histórica de sinistros pagos ou avisados de forma a determinar padrões esperados de desenvolvimento de sinistros para estimar valores de sinistros finais. Devido ao tempo de operação da empresa no Brasil, os padrões de desenvolvimento de sinistros são determinados com base em negócios de características semelhantes onde o Grupo SCOR possui experiência por mais tempo. O método de BF utiliza dados de sinistros pagos e avisados existentes, além de um padrão esperado de desenvolvimento de sinistros, combinados com a expectativa de sinistralidade inicial, para determinar a estimativa de sinistro final. São feitas estimativas de sinistros finais por ano de subscrição com base em mais de um método atuarial e os valores dos sinistros finais são selecionados com base em julgamento atuarial. Os valores efetivamente pagos e a reserva de PSL são subtraídos das estimativas de sinistros finais para se determinar a IBNR. As premissas de sinistralidade adotadas são inicialmente baseadas na precificação de cada contrato e sumarizadas por grupo contábil e ano. Estas premissas podem ser ajustadas com base na análise da experiência da Companhia. *vii. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):* Conforme estabelecido pela Circular

<b>Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais)</b>			
	Nota	2019	2018
Prêmios Emitidos	19.a	290.251	317.323
(-) Variações das Provisões Técnicas		(29.681)	(30.564)
<b>(=) Prêmios Ganhos</b>		<b>260.570</b>	<b>286.759</b>
(-) Sinistros Ocorridos	19.b	(269.321)	(182.427)
(-) Custos de Aquisição		(1.455)	(933)
(+) Outras Receitas e Despesas Operacionais		505	(2.262)
(-) Resultado com Retrocessão	19.c	33.643	(52.861)
(-) Despesas Administrativas	19.d	(20.197)	(21.876)
(-) Despesas com Tributos	19.e	(10.147)	(7.044)
<b>(+) Resultado Financeiro</b>	19.f	<b>23.243</b>	<b>13.618</b>
<b>(=) Resultado Operacional</b>		<b>16.841</b>	<b>32.974</b>
<b>(=) Resultado Antes dos Impostos e Participações</b>		<b>16.841</b>	<b>32.974</b>
(-) Imposto de Renda	15	(4.330)	(7.583)
(-) Contribuição Social	15	(2.612)	(6.086)
(-) Participações sobre o Lucro		(60)	(51)
<b>(=) Lucro do Exercício</b>		<b>9.839</b>	<b>19.254</b>
(/) Quantidade de Ações		100.000	100.000
<b>(=) Lucro por ação - R\$</b>		<b>98.39</b>	<b>192.54</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Em milhares de reais)</b>			
	2019	2018	
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>9.839</b>	<b>19.254</b>	
Varição no Valor justo de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	600	663	
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Resultado Abrangente	(240)	(103)	
Resultado Abrangente	360	560	
<b>Resultado Abrangente do Exercício, Líquido dos Impostos</b>	<b>10.199</b>	<b>19.814</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)</b>			
	2019	2018	
<b>Atividades Operacionais</b>			
Lucro Líquido do Exercício	9.839	19.254	
Ajustes para:			
Depreciação e Amortização	1.176	1.153	
Marcação a Mercado de Ativos Financeiros	360	561	
Perda por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	(76)	(24)	
<b>Variação nas Contas Patrimoniais:</b>			
Ativos Financeiros	97.130	(123.743)	
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	(34.102)	(79.311)	
Ativos de Resseguro	(63.362)	(61.487)	
Créditos Tributários e Previdenciários	(8.937)	(12.625)	
Despesas Antecipadas	(35)	(5)	
Custos de Aquisição Diferidos	(24)	(260)	



tecnicamente pelas diversas áreas de subscrição especializadas em cada ramo. A descrição dos procedimentos operacionais e processos de regulação de sinistros consta na política interna de sinistros do Grupo, a qual requer avaliação de: • coberturas contratadas em relação à reclamação do sinistro; • exclusões aplicáveis (legitimidade de cobertura); • valores reclamados em relação à franquia aplicável e limites contratados; • tipo de ocorrência, providências tomadas, dimensões dos danos; • contratação de peritos ou envolvimento de especialistas ou advogados nos casos necessários. Respeitada a legislação brasileira, a Companhia determina para cada um dos seus contratos as cláusulas relacionadas às definições de sinistros, assim como valores e limites para a notificação de sinistros, cláusula de liquidação e cooperação de sinistros, despesas e honorários de regulação. Os prêmios ganhos dos grupos de ramificação e seus índices de sinistralidade e de corretagem são:

Grupo	2019			2018		
	Prêmio ganho	Sinistra- lidade (%)	Correta- gem (%)	Prêmio ganho	Sinistra- lidade (%)	Correta- gem (%)
Patrimonial	4.792	-44%	6%	4.134	79%	2%
Riscos Especiais	-	-	10%	2	-33%	10%
Responsabilidades	-16	-250%	-166%	981	140%	2%
Automóvel	78.418	92%	-	77.358	42%	-
Transportes	-	-	10%	-	3.509%	10%
Riscos Financeiros	17.207	86%	-	16.348	60%	-
Pessoas Coletivo	35.211	89%	3%	22.598	87%	3%
Rural	102.763	131%	-	97.843	49%	-
Pessoas Individual	2.488	81%	-	5.273	107%	-
Marítimos	9.308	94%	2%	1.560	54%	4%
Aeronáuticos	8	33%	1%	-	-	-
Outros (*)	10.391	78%	-	60.662	101%	-
<b>Total</b>	<b>260.570</b>	<b>103%</b>	<b>1%</b>	<b>286.759</b>	<b>64%</b>	<b>-</b>

(\*) Classificação SUSEP para riscos no exterior, principalmente do ramo "Pessoas Coletivo". e. Gestão de riscos financeiros: *Risco com taxa de juros*: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, muito embora adote uma posição conservadora de suas aplicações financeiras. *Resultados da análise de sensibilidade*: Na presente análise de sensibilidade consideramos uma sensibilidade de 100 pontos-base para taxa de juros pré-fixada, a qual teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e expectativas de mercado para as variações dessa taxa, refletindo sobre o saldo dos instrumentos financeiros.

Fator de risco	Impacto no patrimônio líquido/resultados	
	2019	2018
Elevação da taxa de juros	2.398	1.394
Redução da taxa de juros	(2.398)	(1.394)

**Parâmetro**: - 100 pontos-base na estrutura de taxas de juros SELIC vigente em 31 de dezembro de 2019. *Risco de crédito*: É o risco que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumprí-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de resseguro e dos créditos detidos juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela área financeira da Companhia. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela Administração da Companhia.

Aos Diretores e Acionistas da **SCOR Brasil Resseguros S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da "SCOR Brasil Resseguros S.A." ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da "SCOR Brasil Resseguros S.A." em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Adiantamento de sinistros**: Chamamos a atenção para a nota 14, em relação ao fato de a Resseguradora ter considerado para fins de determinação da suficiência dos ativos garantidores das provisões técnicas e cobertura de liquidez, o montante de R\$ 52.424 mil, relacionados a adiantamentos feitos a cedentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**: A administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

Moody's	2019			Total
	Fitch	S&P		
Aa3	AA-	AA-		10.746
Ba2	BB-	BB-		215.034
				<b>225.780</b>

Moody's	2018			Total
	Fitch	S&P		
Aa3	AA-	AA-		8.558
Ba2	BB-	BB-		312.164
				<b>320.722</b>

Obs: última avaliação das agências de *rating* Standard&Poor's, Moody's e Fitch Ratings disponível para o Banco BNP Paribas S.A. e República Federativa do Brasil. *Risco de liquidez*: A Companhia está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de aplicações. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar que perdas decorrentes de oscilações de preços venham a impactar os resultados de forma adversa. Desta forma, para mitigação do risco, a Companhia possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos de alta liquidez. O Grupo SCOR tem uma política de investimentos acordada com cada país onde são determinados os limites para correta gestão e mitigação dos riscos. Esta política de investimentos compreende os principais critérios e restrições de acordo com a regulamentação local e também de acordo com a política mundial do Grupo SCOR para investimentos. A tabela a seguir apresenta todas as classes de ativos financeiros e contratos de resseguro detidos pela Companhia e seus passivos, por vencimento:

Até 1 ano de	2019		2018	
	Acima	Total	Acima	Total
Ativos financeiros e de contratos de resseguro				
Pré-fixados				
- Ativos financeiros	92.937	122.097	215.034	312.164
- Títulos Públicos	92.937	122.097	215.034	312.164
- Ativos de contratos de resseguro	481.323	264	481.587	322.831
- Prêmios a receber	185.458	264	185.722	173.988
- Outros créditos (*)	(3.428)	-	(3.428)	(19.647)
- Créditos de sinistros pagos	9.797	-	9.797	3.572
- Ativos de resseguro	213.639	-	213.639	150.277
- Títulos e créditos a receber	23.433	-	23.433	14.641
- Adiantamento de sinistro	52.424	-	52.424	-
Pós-fixados				
- Ativos financeiros	10.746	-	10.746	8.558
- Equivalentes de caixa	10.746	-	10.746	8.558
<b>Total de ativos</b>	<b>585.006</b>	<b>122.361</b>	<b>707.367</b>	<b>643.553</b>
Passivos financeiros e de contratos de resseguro				
Pré-fixados				
- Passivos financeiros	5.932	-	5.932	7.948
- Contas a pagar	5.932	-	5.932	7.948
- Passivos de contratos de resseguro	570.911	828	571.739	516.942
- Prêmio de retrocessão e corretagem a pagar	135.853	-	135.853	163.709
- Provisões técnicas - resseguradoras	434.074	828	434.902	299.910
- Débitos de operações com seguros e resseguros	984	-	984	53.323
<b>Total de passivos</b>	<b>576.843</b>	<b>828</b>	<b>577.671</b>	<b>524.890</b>
<b>Liquidez total</b>	<b>8.163</b>	<b>121.533</b>	<b>129.696</b>	<b>118.663</b>

(\*) Refere-se a saldos de contas técnicas transitórias de valores pendentes de processamento.

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**  
forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras**: A Administração da Resseguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.  
São Paulo, 01 de abril de 2020

**Parecer dos Atuários Auditores Independentes**  
risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Scor Brasil Resseguros S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião**: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Scor Brasil Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Ênfase: Cobertura de provisões técnicas e índice de liquidez**: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 14 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia considerou para determinação da suficiência de ativos garantidores das provisões técnicas e índice de liquidez, o montante de R\$ 52.424 mil, relacionados a adiantamentos feitos a Cedentes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos**: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.  
São Paulo, 01 de abril de 2020

**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**  
CIBA 48  
CNPJ: 02.668.801/0001-55  
Joel Garcia  
Atuário MIBA 1131

**Contador responsável**  
Daniela Sayuri Yamashita  
CRC nº 1SP220901/O-3

Conforme descrito na nota explicativa 3.b), a Companhia mantém instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda também para viabilizar uma rápida resposta à eventual necessidade de liquidez. **19. Detalhamento de contas da demonstração de resultado**: a. **Prêmios de resseguro**: Prêmio emitido de resseguro aceito (-) Comissão sobre prêmio emitido

	2019	2018
Prêmio emitido de resseguro aceito	394.492	407.025
(-) Comissão sobre prêmio emitido	(104.241)	(89.702)
	<b>290.251</b>	<b>317.323</b>

	2019	2018
b. Sinistros ocorridos:		
Variação de IBNR	(11.470)	(15.246)
Sinistros incorridos por grupo contábil:		
Patrimonial	2.263	(2.035)
Responsabilidades	(145)	(65)
Automóvel	(41.589)	(39.460)
Riscos Financeiros	(1.582)	(73)
Pessoas-Coletivo	(33.694)	(9.249)
Rural	(135.849)	(48.484)
Outros (*)	(34.724)	(62.588)
Pessoas-Individual	(3.817)	(4.974)
Marítimos	(8.714)	(253)
	<b>(269.321)</b>	<b>(182.427)</b>

	2019	2018
c. Resultado com retrocessão:		
Receita com retrocessão	166.041	61.803
Despesa com retrocessão - prêmios de resseguros	(132.869)	(114.826)
Outros Resultados com Operação de Retrocessão (*)	291	162
	<b>33.463</b>	<b>(52.861)</b>

	2019	2018
d. Despesas administrativas:		
Pessoal próprio	(13.796)	(13.824)
Serviços de terceiros	(1.334)	(2.733)
Localização e funcionamento	(4.781)	(4.914)
Publicidade e Propaganda	(96)	(20)
Outras despesas administrativas	(190)	(386)
	<b>(20.197)</b>	<b>(21.876)</b>

	2019	2018
e. Despesas com tributos:		
Impostos sobre operações de resseguros	(6.909)	(6.509)
Taxa de fiscalização SUSEP	(1.039)	(1.039)
Impostos federais e municipais	(2.199)	503
	<b>(10.147)</b>	<b>(7.044)</b>

	2019	2018
f. Resultado financeiro:		
Receitas financeiras	19.884	17.862
Variação cambial	62	(4.180)
Outras receitas financeiras	4.091	450
Despesas Financeiras	(614)	(513)
	<b>23.423</b>	<b>13.618</b>

**20. Instrumentos financeiros derivativos**: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. **21. Contingências**: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia é parte de 5 processos administrativos envolvendo questões fiscais, dos quais somente 1 apresenta possibilidade de perda avaliada como possível. Tal processo refere-se a débitos de PIS e COFINS no valor de R\$ 7 relativos ao período de julho de 2018, os quais foram recolhidos em atraso sem o respectivo pagamento de multa de mora, devido às suas características de denúncia espontânea. Os demais processos administrativos foram avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia com possibilidade de perda remota. **22. Eventos subsequentes**: Pela reorganização na estrutura organizacional das empresas do Grupo SCOR no Brasil, em 17 de janeiro de 2020 a M&S Brazil Participações Ltda. adquiriu a totalidade das 99.999 ações da SCOR Brasil Resseguros S.A. anteriormente detidas pela SCOR Brasil Participações Ltda. Assim, a partir desta data a Companhia passa a ser como acionistas a M&S Brazil Participações Ltda. e a SCOR SE. A Companhia está acompanhando os impactos relacionados à pandemia mundial do Covid-19, neste sentido a Companhia realizou comunicações próprias e publicações em mídias de comunicação sobre as suas ações de prevenção e de apoio a seus clientes e colaboradores.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6  
**Eduardo Wellichen**  
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Anexo I		Scor Brasil Resseguros S.A.
		(Em milhares de Reais)
<b>1. Provisões Técnicas, ativos de retrocessão e créditos com retrocessionários</b>		<b>31/12/2019</b>
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>		<b>434.902</b>
<b>Total de ativos de retrocessão</b>		<b>213.163</b>
<b>Total de créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>		<b>9.797</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>		<b>31/12/2019</b>
<b>Provisões Técnicas auditadas (a)</b>		<b>434.902</b>
Valores redutores auditados (b)		186.366
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>		<b>248.536</b>
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>		<b>31/12/2019</b>
Capital-Base (a)		60.000
Capital de Risco (CR) (b)		29.182
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>		<b>60.000</b>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>		<b>31/12/2019</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)		71.012
Exigência de Capital (CMR) (b)		60.000
<b>Suficiência/(Insuficiência) do PLA (d = a + b - c)</b>		<b>11.012</b>
Ativos Garantidores (e)		215.034
Adiantamento de sinistros (f)		52.424
Total a ser Coberto (g)		248.536
<b>Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (h = e + f - g)</b>		<b>18.922</b>
Ativos Líquidos (i)		18.922
Capital de Risco (CR) (j)		29.182
<b>Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (i / j)</b>		<b>65%</b>

(\*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

**Membros da Diretoria**  
Eric Dannemann Lundgren  
Francisco Alves Correa de Toledo Neto  
Gilberto Kaoru Fujita

**Rafael Zimmer Polking**  
Sérgio Luis Maluf Horta

**Alda Regina Bogado Fassbender**  
MIBA nº 1674